

AVISO DOSSALVAGUARDAS PROCEDIMENTAIS

pais sobre Prezados pais:

Você está recebendo este aviso de salvaguardas procedimentais (Aviso) porque seu filho ou filha (aluno) foi encaminhado para uma avaliação ou está atualmente recebendo serviços de educação especial. Se o seu aluno é elegível para a educação especial, o distrito escolar deve fornecer uma educação pública apropriada e gratuita, comumente referida pela sigla FAPE. Para fornecer uma FAPE, o distrito escolar deve trabalhar em parceria com você. Você será um membro da equipe do IEP que considerará as necessidades exclusivas do aluno e desenvolverá um programa de educação individualizado ou [IEP](#) para o aluno.¹ O IEP deve fornecer instruções adaptadas às necessidades exclusivas do aluno e incluir serviços de suporte suficientes para permitir que ele faça um progresso educacional significativo e para ajudá-lo na aquisição de conhecimentos e habilidades, incluindo as necessárias para o desenvolvimento social e emocional, de acordo com as necessidades apropriadas. expectativas cronológicas e de desenvolvimento. Quaisquer serviços de educação especial identificados para o seu aluno devem ser fornecidos à custa do público, sem nenhum custo para você. Todos os alunos do sistema de ensino público da Commonwealth, incluindo estudantes com deficiência, têm direito à oportunidade de aprender o material coberto pelos padrões acadêmicos nas estruturas curriculares de Massachusetts. Massachusetts também fornece um direito individual à FAPE para seus alunos residentes com deficiência que frequentam escolas particulares às custas particulares e que procuram serviços públicos de educação especial.

As [leis estaduais e federais](#) contêm regras que os distritos escolares devem seguir ao decidir se um aluno é elegível para a educação especial e, em caso afirmativo, quais serviços o aluno receberá. Essas leis também fornecem procedimentos detalhados para garantir que o aluno receba uma FAPE durante todo o tempo em que for elegível para a educação especial. A educação especial é uma área altamente complexa e regulamentada do direito da educação. Os detalhes da lei têm como objetivo proteger o aluno e ajudar a garantir que ele receba serviços educacionais apropriados. Você pode obter ajuda adicional para entender o processo de educação especial no escritório de orientação da escola, no Departamento de Educação Elementar e Secundária (DESE) de Massachusetts, organizações para pais de alunos com deficiência e organizações privadas de educação especial. As informações dessas fontes ajudarão você a trabalhar em parceria com o distrito escolar para garantir que seu aluno receba serviços educacionais adequados. O DESE publica informações abrangentes para pais e distritos escolares em seus sites da Internet. Uma [tabela dos sites da DESE](#) está incluída no final deste aviso.

Este aviso fornece informações importantes sobre o seu direito de se envolver no planejamento da educação especial do aluno. As salvaguardas processuais são as regras específicas que garantem que você saiba o que o distrito escolar se propõe a fazer ("receber notificação"), concorda com o plano do distrito escolar ("dê consentimento dos pais") e tenha várias oportunidades para resolver desacordos com o distrito escolar ("devido processo"). As salvaguardas processuais da lei também fornecem proteções adicionais descritas neste documento.

Esperamos que este Aviso seja útil para você, pois você participa ativamente da experiência educacional do aluno.

Este documento, o Aviso aos pais sobre salvaguardas processuais, responde às seguintes perguntas:

¹ See the IEP Process Guide for information on how a student's IEP is developed and implemented.

1. O que é “aviso prévio por escrito” e quando você o recebe?	Page 2
2. O que é “consentimento dos pais” e quando o distrito escolar deve solicitar seu consentimento?	Page 3
3. O distrito escolar é obrigado a avaliar, mediante solicitação dos pais?	Page 5
4. O que é uma “avaliação educacional independente”?	Page 5
5. Quando você pode ver os registros dos alunos?	Page 6
6. Como os pais e as escolas podem resolver disputas?	Page 7
7. Quais são suas responsabilidades se você colocar seu aluno em uma escola particular?	Page 11
8. O que deve ser feito para planejar a transição do aluno da escola?	Page 12
9. Como uma escola pode disciplinar um aluno com deficiência?	Page 12
10. Onde podem ser encontradas as leis e regulamentos e outras informações úteis?	Page 14

Você receberá esta Notificação, pelo menos uma vez por ano se o aluno é identificado como elegível para a educação especial. Você também pode solicitar uma cópia do distrito escolar a qualquer momento ou do DESE. Este documento está disponível no site da DESE em <http://www.doe.mass.edu/sped/prb>.

1. O QUE É UM AVISO PRÉVIO POR ESCRITO E QUANDO VOCÊ O RECEBE?

34 CFR
§300.503

O distrito escolar deve fornecer um aviso por escrito quando se propõe, ou se recusa, a tomar medidas para identificar seu aluno, avaliar seu aluno, prestar serviços especiais a ele ou alterar o programa do aluno. Os regulamentos federais chamam isso de “aviso prévio por escrito”. O aviso por escrito deve:

- Descrever o **que** o distrito escolar propõe ou se recusa a fazer;
- Explique **por que** o distrito escolar está propondo ou se recusando a tomar a ação;
- Descreva **como** o distrito escolar decidiu propor ou recusar a ação, incluindo informações sobre cada procedimento de avaliação, avaliação, registro ou relatório que o distrito escolar usou para tomar sua decisão; e
- Descreva quaisquer outras opções que a equipe do programa de educação individualizada (IEP) de seu aluno considerou e os motivos pelos quais essas opções foram rejeitadas.

Os distritos escolares fornecerão essas informações a você usando formulários desenvolvidos pelo DESE e disponíveis no site do DESE ou em formulários próprios contendo as mesmas informações.

Você receberá um aviso prévio por escrito quando o distrito escolar: propor a realização de uma avaliação ou reavaliação inicial; propõe um IEP novo ou alterado; propõe uma mudança na colocação, incluindo uma mudança proposta na colocação por razões disciplinares; ou propõe encerrar os serviços de educação especial.

Você também receberá um aviso se o distrito escolar não encontrar elegibilidade para serviços de educação especial ou recusar uma solicitação que você fez relacionada a avaliações ou fornecimento de educação especial ao seu aluno. Avisos do distrito escolar devem ser fornecidos em seu idioma nativo

ou outro modo de comunicação usado, a menos que não seja claramente viável. Se o seu idioma nativo ou outro modo de comunicação não for um idioma escrito, seu distrito escolar deve garantir que o aviso da escola seja traduzido para você oralmente ou por outros meios (por exemplo, por linguagem gestual) e que você entenda o conteúdo do aviso. .

O distrito escolar também notificará você por escrito e solicitará seu consentimento - ou permissão por escrito - antes que o distrito escolar solicite o seguro de saúde público (MassHealth ou Medicaid), para pagar pela primeira vez os serviços de educação especial de um aluno. .

Quando você receber um aviso prévio por escrito, também receberá uma cópia deste Aviso de Salvaguardas Processuais, ou se você já recebeu este Aviso durante o ano letivo atual, será informado sobre como obter outra cópia. Você também receberá informações sobre quem pode entrar em contato para obter ajuda na compreensão das leis federais e estaduais de educação especial.

2. O QUE É O CONSENTIMENTO DOS PAIS?

**34 CFR §300.9 E
603 CMR 28.07 (1)**

O distrito escolar não pode dar a seu aluno um teste ou serviço especial, a menos que você concorde e dê seu "consentimento dos pais" por escrito. O distrito escolar deve entrar em contato com você e explicar claramente o que está propondo. fazer pelo seu aluno. O distrito escolar solicitará que você assinie seu nome no formulário de consentimento para mostrar que concorda com a proposta da escola. Isso está dando "consentimento dos pais".

Dar seu consentimento é voluntário. Você pode recuperar ou revogar seu consentimento a qualquer momento. Se você deseja revogar o consentimento, deve fazê-lo por escrito. A retirada do consentimento se aplicará apenas a ações futuras do distrito escolar e não a algo que já aconteceu. O distrito escolar não pode usar sua recusa em consentir com um serviço ou atividade como motivo para negar a você ou a seu aluno qualquer outro serviço, benefício ou atividade.

Seu consentimento é não obrigatório antes seu distrito escolar pode revisar os dados existentes como parte da avaliação ou reavaliação do aluno, fazer um teste ou outra avaliação feita a todos os alunos sem o consentimento, como o MCAS ou os testes em sala de aula que fazem parte do programa de educação geral, ou compartilhar informações com autoridades educacionais federais ou estaduais.

2.1 QUANDO UM DISTRITO ESCOLAR SOLICITARÁ SEU CONSENTIMENTO?

**34 CFR §§ 300.300, 300.154 E
603 CMR 28.07 (1)**

Um distrito escolar solicitará o seu consentimento dos pais nas seguintes circunstâncias:

Autorizar a avaliação inicial para determinar se o aluno é elegível para a educação especial

O distrito escolar não pode realizar uma avaliação inicial do seu aluno para determinar se ele é elegível para receber educação especial e / ou serviços relacionados sem primeiro obter seu consentimento. Se o seu aluno for encaminhado para uma avaliação, o distrito escolar deverá solicitar seu consentimento para a avaliação dentro de cinco dias letivos.

Aprovar serviços iniciais

Se, após a conclusão da avaliação inicial, a equipe do Programa de educação individualizada (IEP) decidir que seu aluno é elegível para a educação especial, a equipe do IEP proporá serviços de educação especial e relacionados, além de uma colocação para o seu aluno. Você é membro da

equipe do IEP e deve dar seu consentimento antes que seu distrito escolar possa fornecer educação especial e serviços relacionados ao seu aluno pela primeira vez. Se você não consentir, o distrito escolar não poderá fornecer educação especial e serviços relacionados ao seu aluno. Você pode aceitar ou rejeitar a proposta inteira ou parte dela. O IEP ou qualquer parte que você aceitar deve começar assim que você o aceitar.

Para fazer uma alteração nos serviços, colocação ou reavaliação

Depois de concordar com um IEP para o seu aluno, o distrito escolar deve obter seu consentimento antes que o distrito escolar possa alterar os serviços ou a colocação do seu aluno, ou realizar uma reavaliação.² Se você se recusar a dar seu consentimento, tem a obrigação de se envolver com o distrito em discussões ativas para resolver sua discordância. Se você deu consentimento aos serviços no passado e agora deseja revogar o consentimento e retirar seu aluno dos serviços, deve fazê-lo por escrito. O distrito escolar não pode solicitar uma audiência no Bureau of Special Education Appeals (BSEA) para obter autoridade para fornecer serviços educacionais ou para reavaliar seu aluno sem o seu consentimento.

Para acessar os benefícios do seguro de saúde público (MassHealth ou Medicaid) pela primeira vez

O distrito escolar pode usar o seguro de saúde público (MassHealth ou Medicaid) para pagar por alguns serviços de educação especial incluídos no IEP de um estudante para os alunos cobertos pelo seguro de saúde público. Antes de o distrito escolar acessar o MassHealth pela primeira vez, o distrito escolar deve notificar por escrito que vai buscar esse reembolso e obter seu consentimento voluntário por escrito. O aviso informará que os serviços de educação especial são sempre fornecidos sem nenhum custo para você ou sua família; deixará claro que seu consentimento não levará a alterações nos benefícios ou na elegibilidade do MassHealth de seu filho; descreverá quais informações sobre seu aluno serão compartilhadas para acessar o MassHealth; lembre-se de que seu consentimento pode ser retirado a qualquer momento; e deixe claro que não haverá alterações nos serviços ou programa de educação especial do aluno se você se retirar ou não der consentimento. Se você se mudar ou se seu aluno for matriculado em outro distrito, o novo distrito escolar solicitará o seu consentimento novamente.

Para dispensar os membros da equipe do IEP de participarem de uma reunião da equipe

Os membros da equipe do IEP podem ser dispensados de participar de uma reunião da equipe se você concordar por escrito antes da reunião. Se a equipe estiver discutindo a área do membro dispensado, ele deverá fornecer sua opinião por escrito antes da reunião da equipe. Se você não concorda em desculpar o membro da equipe, ele ou ela deve comparecer à reunião da equipe do IEP.

2.2 QUANDO O ALUNO SERÁ SOLICITADO A CONSENTIR?

**34 CFR §300.520 E 603 CMR
28.07 (5)**

Sob a lei de Massachusetts que o aluno tenha atingido a idade adulta em seu ou seu décimo oitavo^(18º) aniversário. **Quando um estudante completa 18 anos**, portanto, todos os direitos de tomada de decisão que você tem como pai transferem para seu aluno adulto, a menos que um tribunal tenha nomeado um tutor legal para ele ou que ele indique por escrito que deseja para compartilhar a tomada de decisão com você ou deseja que você continue com autoridade para tomar decisões sobre seu programa educacional. O distrito escolar deve discutir com você e seu

² You also have the right to observe your student in his or her current program and observe a proposed program prior to your student's placement. For further information see the DESE document "Observation of Education Programs by Parents".

aluno o impacto dessa transferência de direitos pelo menos um ano antes do décimo oitavo aniversário do estudante. Como pai de um estudante adulto com deficiência, você continuará recebendo todos os avisos necessários da escola e poderá inspecionar os registros educacionais de seu aluno, mesmo que ele tome suas próprias decisões educacionais.

2.3 QUANDO UM PAI SUBSTITUTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DARÁ CONSENTIMENTO? 34 CFR §300.519 (g) E 603 CMR 28.07 (7)

Se um aluno estiver sob custódia do Departamento de Crianças e Famílias, ou os pais ou responsável não puderem ser identificados ou localizados ou se seus direitos dos pais forem encerrados, o DESE tem a responsabilidade de garantir que um adulto sem interesses conflitantes tome decisões de educação especial em nome do aluno. Essa pessoa é chamada mãe substituta de educação especial. O DESE determina se é necessário nomear um pai substituto de educação especial para o aluno. Se nomeado, um pai substituto de educação especial tem os mesmos direitos e responsabilidades que um pai em questões educacionais especiais para o aluno.

2.4 COMO RETIRO O CONSENTIMENTO? 34 CFR §300.300(b) (4) E 300.9

Se você deu consentimento à educação especial e serviços relacionados e agora deseja revogá-lo, deve fazê-lo por escrito. Você pode retirar seu consentimento para todos os serviços de educação especial e afins, para um serviço específico ou para colocação ou uso dos benefícios MassHealth ou Medicaid pelo distrito para o seu aluno. Depois que o distrito escolar receber sua carta, o distrito enviará um aviso informando a alteração, se houver, na colocação e nos serviços educacionais resultantes de sua revogação do consentimento. Once você retirar o seu consentimento para toda a educação especial e serviços relacionados, o distrito escolar não é mais necessário para fazer FAPE disponível ou ter uma reunião do IEP ou desenvolver um IEP para o aluno. Os distritos escolares não precisam alterar o registro do aluno para remover referências a serviços de educação especial como resultado de sua revogação do consentimento.

3. O DISTRITO ESCOLAR É OBRIGADO A AVALIAR UM ALUNO MEDIANTE SOLICITAÇÃO DOS PAIS?

**34 CFR §300.301 E
603 CMR 28.04**

O aluno deve receber uma avaliação completa e abrangente para determinar se ele tem uma deficiência e é elegível para a educação especial e, se elegível, para ajudar na determinação da educação especial apropriada e serviços relacionados que possam ser necessários. Os pais que se preocupam com o desenvolvimento de seus filhos ou suspeitam de uma possível deficiência podem encaminhar seus filhos para uma avaliação inicial. Palavras especiais não precisam ser usadas para fazer uma referência para uma avaliação inicial. Após o recebimento de um pedido de avaliação inicial, o distrito escolar deve enviar um aviso aos pais e solicitar o consentimento dos pais para realizar uma avaliação. (Um distrito escolar raramente terá ocasião de se recusar a realizar uma avaliação inicial e poderá fazê-lo apenas se o pai ou outra pessoa que fizer a indicação não suspeitar de deficiência ou não estiver preocupado com o desenvolvimento do aluno).

Quando apropriado, o distrito escolar também pode fornecer aos pais informações sobre outros serviços de apoio que possam melhor atender às necessidades de um aluno em particular. No entanto, um distrito escolar não pode se recusar a avaliar um aluno que foi encaminhado para uma avaliação conforme descrito acima, com base em um programa de pré-indicação ou para tentar outras atividades de apoio instrucional ou por qualquer outro motivo. Além disso, a lei prevê reavaliações periódicas para garantir que o aluno seja beneficiado e continue a exigir educação especial. O consentimento dos pais sempre será necessário antes dessas reavaliações.

4. O QUE É UMA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL INDEPENDENTE?

**34 CFR §300.502 E
603 CMR 28.04 (5)**

Uma Avaliação Educacional Independente (IEE) é uma avaliação realizada por um examinador qualificado que não é empregado pelo distrito escolar responsável pela educação do seu aluno.

Você tem o direito de solicitar um IEE do seu aluno às custas do público, se não concordar com a avaliação do distrito escolar. Se você solicitar um IEE, o distrito escolar deverá fornecer informações sobre onde você pode obter um IEE e sobre os requisitos estaduais que se aplicam aos IEEs.

4.1 QUANDO É REALIZADA UMA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL INDEPENDENTE, À CUSTA DO PÚBLICO?

Em Massachusetts, de acordo com a lei estadual, você receberá um IEE a expensas públicas totais ou compartilhadas se atender aos requisitos de elegibilidade de renda. Os estudantes elegíveis para refeições gratuitas ou a custo reduzido têm direito a um IEE às custas do público. Outros estudantes são elegíveis para um IEE de custo compartilhado, de acordo com uma escala de taxas variável. Compartilhar suas informações financeiras com o distrito escolar é totalmente voluntário de sua parte. Se você optar por compartilhar essas informações, o distrito escolar deverá notificá-lo por escrito imediatamente se você é elegível ou não para o financiamento total ou parcial de um IEE e proceder ao financiamento do IEE com base na elegibilidade. Seu direito a um IEE com financiamento público por meio de elegibilidade de renda será estendido por 16 meses a partir da data da avaliação do distrito escolar com a qual você não concorda.

Se você não atender aos requisitos de elegibilidade de renda ou optar por não divulgar informações financeiras, o distrito deverá considerar sua solicitação de um IEE com financiamento público de acordo com a lei federal. No prazo de 5 dias, o distrito pode concordar em fornecer um IEE às custas do público ou solicitar uma audiência no Bureau of Special Education Appeals (BSEA) para demonstrar que a avaliação conduzida pelo distrito foi abrangente e apropriada. Mais

detalhes sobre os IEEs estão disponíveis nos Conselhos Administrativos da DESE 2004-1 e 2001-3, disponíveis no distrito escolar local e no site da DESE na Web <http://www.doe.mass.edu/sped/advisories/?section=admin>.

Você tem direito a apenas um IEE do seu aluno às custas do público cada vez que seu distrito escolar realiza uma avaliação. Vocês pode ter avaliações independentes realizadas às suas próprias custas, a qualquer momento.

4.2 Os RESULTADOS DOS IEEs DEVEM SER CONSIDERADOS NO PRAZO DE 10 DIAS PELO DISTRITO ESCOLAR

Se você obtiver um IEE do seu aluno às custas do público ou compartilhar com o distrito escolar uma avaliação do seu aluno que você obteve às custas do privado, o seu distrito escolar deve convocar uma reunião da equipe dentro de dez dias úteis após receber as informações da avaliação. A equipe considerará os resultados da avaliação e determinará quais alterações, se houver, devem ser feitas no IEP do aluno.

5. QUANDO VOCÊ PODE VER OS REGISTROS DOS ALUNOS?

**34 CFR 300.611 E 603
CMR 23.00**

O registro do aluno consiste na transcrição do aluno e no registro escolar temporário e inclui registros de saúde, testes, avaliações, registros de disciplina e outros registros relativos à elegibilidade ou programa de educação especial do aluno.³ As informações pessoalmente identificáveis sobre o seu aluno são confidenciais e não podem ser divulgadas a ninguém que não sejam professores e autoridades educacionais sem o seu consentimento.

Você e seu aluno (se tiver 14 anos ou mais) têm o direito de examinar todos e quaisquer registros do aluno dentro de 10 dias após sua solicitação e antes de qualquer reunião do IEP ou audiência do devido processo.⁴ Você também pode ter cópias das informações mediante solicitação por uma taxa razoável limitada ao custo de reprodução. Você não pode ser cobrado pelos custos associados à pesquisa e recuperação dos registros de seus alunos.

Além disso, você pode se reunir com funcionários da escola profissionalmente qualificados para que os registros sejam explicados. Você também pode ter seu representante (advogado, consultor ou advogado) inspecionar, revisar e interpretar o registro de seu aluno se der seu consentimento informado específico por escrito. Todos os direitos associados ao registro do estudante estão contidos no Regulamento do Registro do Estudante de Massachusetts 603 CMR 23.00. Esses regulamentos podem ser encontrados em <http://www.doe.mass.edu/lawsregs/603cmr23.html> ou solicitando uma cópia dos regulamentos do distrito escolar ou do DESE.

Geralmente, apenas os pais, o aluno qualificado, o pessoal autorizado da escola e os funcionários estaduais e federais da educação podem ver o registro do aluno sem o consentimento específico, informado e por escrito do pai ou do estudante adulto. Pode ser necessário que o distrito escolar forneça algumas informações aos funcionários estaduais e federais como resultado de uma ordem judicial ou em resposta a um problema de saúde e segurança ou aplicação da lei. Informações úteis sobre esses e

³ If a student's parents revoke their consent for special education services after such services have been initially provided, school districts are not required to amend the student's records to remove references to special education services.

⁴ The school district can only limit access to the student record if it has received a legal document such as a restraining order or a divorce or custody decree that restricts access to information about the student's.

outros problemas de registros de alunos podem ser encontradas em <http://www.doe.mass.edu/lawsregs/advisory/cmr23qanda.html>.

6. COMO OS PAIS E AS ESCOLAS PODEM RESOLVER DISPUTAS?

34 CFR 300.151, 300.506 -
300.518 E 603 CMR 28.08

As leis estaduais e federais de educação especial oferecem muitas oportunidades para os pais se envolverem no planejamento educacional de seus alunos com deficiência. Se os pais e os distritos escolares discordarem sobre alterações relacionadas à identificação, avaliação ou colocação educacional de um aluno com deficiência, ou aos serviços da FAPE fornecidos a um aluno com deficiência, as leis fornecerão um menu de maneiras de resolver o desacordo. Seu aluno permanecerá em seu atual programa educacional e colocação durante qualquer disputa referente a colocação ou serviços, a menos que você e o distrito escolar concordem em contrário ou a colocação do seu aluno seja alterada como resultado da [disciplina](#).

A seguir, são apresentadas maneiras alternativas pelas quais você e seu distrito escolar podem resolver desacordos.

6.1 TRAGA A DISPUTA AO CONHECIMENTO DOS FUNCIONÁRIOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS LOCAIS

Como primeira etapa para solucionar sua disputa, você pode entrar em contato com o diretor da escola, o administrador da educação especial ou o superintendente para pedir ajuda. É uma boa prática escrever uma carta explicando a situação com a qual você está preocupado.

6.2 USAR O SISTEMA DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DESE

Se achar que precisa de ajuda de fora do distrito escolar, entre em contato com o DESE, Escritório do Sistema de Resolução de Problemas (PRS) no 781-338-3700 para usar o Sistema de Resolução de Problemas do estado descrito em <http://www.doe.mass.edu/pqa/prs/>. Você pode registrar uma reclamação no escritório do PRS sobre qualquer violação das leis estaduais ou federais da educação ou obter ajuda da equipe do PRS para resolver o problema informalmente. Se você deseja uma investigação formal por parte do PRS, deverá enviar sua reclamação por escrito. A equipe do PRS o ajudará a preparar e enviar a reclamação. Sua reclamação por escrito deve incluir: uma declaração de suas preocupações, suas tentativas de resolvê-las, as ações da escola que você acredita que resolveriam suas preocupações e suas assinaturas e informações de contato. Se a sua reclamação for sobre um aluno específico, forneça o nome e o endereço residencial do aluno e o nome da escola. Os problemas dos quais você está reclamando, no entanto, devem ocorrer no máximo um ano antes do PRS receber sua reclamação. Se você optar por registrar uma reclamação formal no Sistema de Resolução de Problemas, também deverá enviar uma cópia da sua reclamação por escrito ao distrito escolar que é o assunto da reclamação. O PRS resolverá sua reclamação dentro de 60 dias e enviará uma cópia das conclusões e da decisão.

O registro de uma reclamação formal no PRS não impedirá que você use outros métodos, como conversas com o distrito escolar local, mediação ou uma [audiência de devido processo](#) no Bureau of Special Education Appeals (discutido abaixo) para resolver sua reclamação.⁵ Se você solicitar uma audiência de devido processo, no entanto, uma reclamação que você arquivar

⁵ For a comparison of how the problem resolution system resolves a complaint with how a complaint is resolved through a due process hearing see: <http://www.doe.mass.edu/sped/docs.html>.

através do sistema de resolução de problemas será anulada até que a audiência de devido processo seja concluída.

6.3 PEÇA A NOMEAÇÃO DE UM MEDIADOR NEUTRO.

A [mediação](#)⁶ é um serviço prestado por um indivíduo neutro, treinado em leis de educação especial e em métodos de negociação. A mediação pode ser agendada sempre que os pais e as escolas discordarem sobre questões de educação especial, mesmo que uma queixa tenha sido feita através do Sistema de Resolução de Problemas do PRS. O mediador ajuda os pais e o distrito escolar a falar sobre seu desacordo e a chegar a um acordo que ambos os lados possam aceitar. As discussões durante as mediações são confidenciais e nada do que é dito por qualquer uma das partes pode ser usado posteriormente se a disputa se tornar objeto de uma audiência formal ou de um processo judicial. Quando um acordo é alcançado, ele será escrito, os dois lados o assinarão e poderão ser executados por um tribunal.

A mediação pode ser configurada entrando em contato com o BSEA no 781-397-4750. O mediador agendará uma reunião com você e o distrito escolar dentro de 30 dias após a solicitação de mediação. As reuniões serão realizadas em um horário e local convenientes. A participação é voluntária, portanto, o distrito escolar e os pais devem concordar em participar da mediação. Não há taxa pelo serviço.

Informações adicionais sobre como a mediação funciona estão disponíveis no BSEA 781-397-4750 e podem ser encontradas nas publicações "[Perguntas frequentes sobre mediação](#)"⁷ e na "[Explicação da mediação](#)."⁸ 6.4

SOLICITAR UMA DEVIDO PROCESSO DE OUVIR E PARTICIPAR DE UMA REUNIÃO DE RESOLUÇÃO

Se você eo distrito escolar têm sido incapazes de trabalhar fora do seu desacordo, então você tem direito a ter um auditor neutro e imparcial ouvir os dois lados da disputa, o testemunho hear , examine as evidências e tome uma decisão. Essa audiência é convocada pela BSEA e é chamada de audiência do devido processo legal. O auditor da BSEA é treinado em leis de educação especial e não deve ter nenhuma conexão pessoal ou profissional com você ou qualquer outra pessoa envolvida no desacordo.

A audiência do devido processo considerará disputas sobre elegibilidade; avaliação; IEPs; decisões de colocação educacional, incluindo aquelas resultantes de disciplina; FAPE; provisão de educação especial; ou proteções processuais da lei estadual e federal para estudantes com deficiência. Você deve registrar-se para uma audiência dentro de dois anos a partir do momento em que soube ou deveria⁹ saber dos eventos que formam a base da sua reclamação. Esse período pode ser prorrogado se você mostrar que foi impedido de apresentar uma audiência porque o distrito escolar deturpou que havia resolvido o problema em sua reclamação ou se o distrito reteve certas informações necessárias.

Você ou o distrito escolar podem registrar umaescrito do [solicitação pordevido processo legal](#)¹⁰ com a outra parte e envie uma cópia para a BSEA para obter uma audiência do devido processo.

⁶ A description of the mediation process can be found on the DESE Web site at <http://www.mass.gov/anf/hearings-and-appeals/bureau-of-special-education-appeals-bsea/mediation/>.

⁷ <http://www.mass.gov/anf/hearings-and-appeals/bureau-of-special-education-appeals-bsea/mediation/mediation-faqs.html>.

⁸ <http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/mediation-brochure-2012.doc>

⁹ The phrase "or should have known" reminds you that you have a responsibility to be aware of your student's program.

¹⁰ Information on the due process hearing request can be found at: <http://www.mass.gov/anf/hearings-and-appeals/bureau-of-special-education-appeals-bsea/due-process-hearings/>.

A BSEA desenvolveu um [formulário de solicitação de audiência](#)¹¹ que você pode usar ou pode escrever sua própria carta em vez de usar o formulário, mas não se esqueça de incluir o nome e o endereço residencial do seu aluno (ou informações de contato, se o aluno estiver sem-teto); o nome da escola do seu aluno; uma descrição do problema com o qual você está preocupado, incluindo fatos específicos relacionados ao problema; e uma solução proposta para o problema. Observe que a audiência será limitada aos problemas identificados na reclamação.

Você deve enviar sua solicitação de audiência do devido processo ao distrito escolar (ou outra parte da reclamação) e uma cópia para a BSEA. Se a reclamação do devido processo legal não fornecer informações suficientes, a parte contrária poderá contestar sua *suficiência* dentro de 15 dias. A BSEA decidirá se a reclamação é suficiente dentro de 5 dias após o desafio. Informações adicionais podem ser adicionadas à reclamação se a parte contrária concordar ou se o auditor conceder permissão. Se problemas adicionais forem adicionados à reclamação posteriormente, no entanto, o horário da audiência começa novamente.

Se não houver contestação da suficiência da reclamação, o processo de audiência continuará. Se o distrito escolar ainda não tiver enviado uma [notificação por escrito](#) a você sobre o problema do qual você está reclamando, no prazo de 10 dias a contar do recebimento do devido processo solicitação de audiência do, o distrito escolar deverá enviar uma resposta por escrito à reclamação.

Nota: Se o distrito escolar tiver apresentado a solicitação de audiência do devido processo legal, os pais deverão responder dentro de 10 dias após o recebimento da solicitação de audiência e abordar especificamente os problemas levantados pelo distrito escolar.

Depois de registrar uma solicitação de audiência do devido processo legal, o distrito escolar tem 30 dias para trabalhar com você para resolver o desacordo antes que a audiência do devido processo legal possa ocorrer.¹²

O distrito escolar é obrigado a marcar uma reunião de resolução dentro de 15 dias após o recebimento da reclamação do devido processo legal.¹³ O distrito escolar determinará com você quais membros da equipe do IEP devem participar da reunião. Alguém do distrito escolar que pode tomar decisões sobre o programa do seu aluno deve comparecer à reunião. O advogado do distrito escolar *não pode* comparecer, a menos que você tenha um advogado que esteja participando da reunião.

Você deve participar da reunião de resolução, a menos que você e o distrito escolar concordem, por escrito, em não realizar a reunião ou se você e o distrito escolar decidirem usar o [processo de mediação](#). Se você se recusar a participar da reunião de resolução, a audiência poderá não avançar.

Se você estiver disposto a se reunir, mas o distrito escolar recusar ou atrasar a reunião de resolução mais de 15 dias após o recebimento do aviso de sua solicitação de audiência, você poderá solicitar ao auditor que prossiga com o processo de audiência. Se você se encontrar, mas o distrito escolar não tiver resolvido a reclamação do devido processo dentro de 30 dias após a apresentação da reclamação, a audiência do devido processo poderá prosseguir.

O processo de resolução termina quando ocorre um dos seguintes eventos:

¹¹ <https://www.mass.gov/doc/hearing-request-form/download>

¹² If you and the school district agree to mediation, you may agree to continue the mediation after the 30 day period.

¹³ No resolution session is required if the school district has requested the due process hearing.

- Quando você e o distrito escolar concordam, por escrito, em encerrar o período de resolução;
- No final do período de resolução de 30 dias;
- No final da mediação; ou
- Quando você e um funcionário do distrito escolar assinarem um documento explicitando seu contrato e resolvendo sua disputa. Este é um "acordo de solução" e pode ser cumprido por um tribunal estadual ou federal. Nota that if you and the school district enter into an agreement as a result of a resolution meeting, either you or the school district may void the agreement within 3 business days of the time that both you and the school district signed the agreement.

6.5 PRESENT YOUR EVIDENCE TO AN IMPARTIAL HEARING OFFICER DURING A DUE PROCESS HEARING

When you file a due process complaint, the BSEA will set a hearing date, assign a hearing officer, and send you detailed information about the hearing process and a list of free or low-cost attorneys and advocates whom you may contact for help.

During the due process hearing you and the school district will each present evidence and provide the testimony of witnesses to an impartial hearing officer from the BSEA. At any due process hearing, including a hearing relating to disciplinary procedures, you may:

- be accompanied, advised and represented by a lawyer and/or advocate;
- have your student present at the hearing;
- have the hearing open to the public;
- present evidence such as documents and reports;
- request, or require through subpoena, witnesses to come to the hearing and answer questions;
- see any evidence that is to be used at the hearing at least five business days ahead of time and ask the hearing officer to keep out any evidence that you have not seen; and
- obtain a written or, at your option, electronic, word-for-word record of the hearing findings of fact and decision at no cost to you. To obtain a written record of the hearing, you must make your request in writing.

Additional information about due process hearings can be obtained from the BSEA at 781-397-4750 and from the BSEA Web site: <http://www.mass.gov/dala/bsea>.

Hearings are conducted according to the Massachusetts Administrative Procedure Act¹⁴ and the BSEA [Hearing Rules](#).¹⁵ The hearing officer must issue a final decision within 45 days of the end of the resolution period described above unless the hearing officer has granted extensions of time at the request of either party. The hearing officer will send a copy of the decision to you and to the school district. Both the parents and the school district must abide by the decision of the hearing officer.

A hearing officer's decision on whether your student is being offered a FAPE must be based on a finding that your student's special education rights were violated or a determination that the school district failed to fulfill its other obligations to your student under the special education laws and regulations. If you have complained about a violation of the special education procedures (such as failure to hold a proper team meeting, poor record keeping, or failure to follow timelines) a hearing officer may find that your student did not receive FAPE *only if* the failure to follow the procedures:

- Interfered with your student's right to a FAPE;
- Significantly interfered with your ability to be involved in decisions about your student's education; or
- Deprived your student of an educational benefit.

The decision of the hearing officer is a final agency decision and cannot be reconsidered by the BSEA or changed by the DESE. Hearing decisions are public¹⁶ and are available on the BSEA Web site at <https://www.mass.gov/bsea-decisions-and-rulings>.

¹⁴ MGL c.30A

¹⁵ <http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/hearing-rules.doc>.

¹⁶ Hearing decisions are published after redacting information that would allow the student to be readily identified.

6.6 APPEAL A HEARING DECISION TO A STATE OR FEDERAL COURT

If either the parent or the school district disagrees with the decision of the hearing officer, they can seek review of that decision in state or federal court. Any such request for review must be filed within 90 days of the decision.

6.7 ATTORNEYS' FEES

§300.517

34 CFR

Each party is responsible for paying its own attorney's fees unless the court decides otherwise. If you obtain a favorable result in a written hearing decision or court proceeding, the court¹⁷ may decide that the school district should pay your reasonable attorneys' fees. Note, however, that you will not be able to obtain these fees for the time spent litigating your case after the district made a settlement offer if

- the district made a written offer of settlement 10 or more days before the hearing,
- you did not accept the offer within 10 days, and
- the outcome of the hearing was no better than the settlement offer.

If the school district obtains a favorable decision, a court could order your attorney to pay the school district's legal expenses if the court finds that your attorney filed a complaint or continued to litigate after learning that the complaint had no basis in fact, was unreasonable, was frivolous, or was pursued for an improper purpose. A court may also order you or your attorney to pay legal expenses if your request for a due process hearing or subsequent cause of action was presented for an improper purpose, such as to harass, to cause unnecessary delay or to needlessly increase the cost of litigation.

7. WHAT ARE YOUR RESPONSIBILITIES IF YOU PLACE YOUR STUDENT IN A PRIVATE SCHOOL AND YOU BELIEVE YOUR SCHOOL DISTRICT SHOULD REIMBURSE YOU FOR THE TUITION?

34 CFR §300.148

There are some occasions when a parent believes that the public school is not providing a FAPE to the student and the parent decides to place the student in a private school. A parent may enroll his or her student in private school at private expense at any time. If, however, the parent believes that the public school should be responsible for the costs of the student's education in the private school, the parent must tell the school district of objections to the student's IEP and program, reject the IEP, inform the school district of his or her intent to remove the student and enroll the student in a private school, and request a hearing by the BSEA. A parent must inform the school district before removing the student from the public school either orally at the last Team meeting before the removal or in writing at least 10 business days before removing the student from school.

The school district is not required to pay for a student to attend a private school if the school district has made a FAPE available to the student. Disagreements between parents and the school district about whether the student's program provides a FAPE and requests for financial reimbursement for the cost of a private program may be resolved through due process procedures discussed earlier in this document. The hearing officer will determine whether the school district made a FAPE available to your student. If the hearing officer finds that the school district did *not* provide your student with a FAPE, that you followed the above steps, and that the private school placement was appropriate, the hearing officer, after

¹⁷ A BSEA Hearing Officer may not award attorney's fees.

considering all of the circumstances surrounding the removal of the student, may require the school district to reimburse you for all or part of the cost of the private school placement.

Planning for your student's transition from school to postsecondary opportunities will facilitate your student's ability to successfully participate in activities such as post-secondary education, work, and community and adult life. Planning for transition must be based on your student's strengths, preferences, interests, and needs, must begin when your student is 14, and must be discussed each year at a Team meeting. The school district must discuss your student's transition needs with you and your student¹⁸ and must consider the goals for your student after he or she completes school by graduating with a regular high school diploma or reaching the age of 22. School districts must use the [Transition Planning Form](#)¹⁹ to record the results of this annual discussion. The student's IEP must include measurable post-secondary transition goals, objectives and services based upon an appropriate assessment of his or her disability and transition needs.

Graduation with a regular high school diploma is a change of placement and ends the student's eligibility for special education. The school district must inform you if and when the district expects your student to graduate with a regular high school diploma. This discussion should take place during the Team meeting no less than 1 year in advance of the student's graduation.

9. HOW MAY A SCHOOL DISCIPLINE A STUDENT WITH A DISABILITY? 34 CFR §300.530

Public schools must have procedures and standards in place to assure a safe learning environment for students. Schools are expected, and high schools are required, to publish their rules of conduct so that students know how they are expected to behave. If a student misbehaves and violates the school code of conduct, the school may discipline the student. Discipline must be fair and even-handed.

In general, any student may be suspended or removed from school for disciplinary reasons for a short time, which is no more than 10 days. Before any removal or suspension the student must be told what he or she is accused of having done and must be given a chance to tell his or her side of the story. During a short disciplinary removal, the school is not required to provide instruction to a disabled student unless it does so for non-disabled students. Once a student with a disability has been removed from the school placement for more than 10 cumulative days during the school year the student must receive educational services that will allow the student to continue to participate in the general education curriculum and to progress toward the goals set out in his or her IEP. School officials must consult with at least one of the student's teachers to determine what services are necessary. These services must begin on the 11th school day of a student's disciplinary removal during the school year and continue during the disciplinary removal.

Schools must follow special disciplinary rules for students with disabilities who have been found eligible for special education.²⁰ A chart depicting the operation of these disciplinary rules can be found on the DESE Web site.²¹ These special disciplinary rules apply as soon as a student is removed from his or her current education placement²² for more than 10 days in a row, or if a student is removed for disciplinary

¹⁸ The student should be invited to attend the Team meeting to discuss postsecondary goals and transition.

¹⁹ <http://www.doe.mass.edu/sped/28MR/28m9.docx>

²⁰ The special education disciplinary rules also apply to some students who have not yet been found eligible for special education. If, prior to the conduct in question, the parent has put his or her concern that the student's has a possible disability in writing to supervisory or administrative personnel or the student's teacher; if the teacher or other staff has expressed concerns about the student's pattern of behavior directly to the director of special education or other supervisory personnel, or if the student has been referred for an evaluation that has not yet been completed these special rules apply. The special education disciplinary rules *do not* apply if the parent has refused to consent to the evaluation, if the student has previously been found to be not eligible for special education, or if the parent has revoked consent to special education and related services.

²¹ http://www.doe.mass.edu/sped/IDEA2004/spr_meetings/disc_chart.doc

²² Placement is determined by the IEP Team and is the location where IEP services are provided.

reasons for more than a total of 10 days in any school year and there is a pattern of removal for comparable behaviors. The school must notify you as soon as the decision is made to remove your student from his or her education placement for more than 10 days and provide you with a copy of this Notice.

The student's IEP Team must meet within 10 days of the school's decision to impose the discipline. At this meeting, called a "*manifestation determination*," you and other members of the IEP Team will determine if the misbehavior was caused by or had a direct relationship to the student's disability, or was the direct result of the school's failure to provide the services required by the student's IEP. In making the manifestation determination, you and other members of the IEP team must consider relevant information from your student's file, including your student's IEP, your and the teachers' observations of your student's behavior, and any relevant information you provide.

If the team determines that the student's behavior *was not* caused by or directly related to the student's disability or the failure to properly implement the IEP, then a student with a disability can be disciplined in the same manner and for the same length of time as other students are disciplined for the same offense. The IEP Team, however, must determine the interim alternative educational setting (IAES) where the student will be placed and the educational services that will be provided. An IAES is a setting other than the student's current placement that enables the student to continue to receive educational services according to his or her IEP. School personnel may consider the student's unique circumstances in determining whether a change in placement is appropriate for a student with a disability.

If the Team determines that the student's behavior *was* caused by or directly related to the student's disability or the failure to properly implement the IEP, then the student must be returned to the last approved IEP placement unless you and the IEP Team decide on a different placement. The student must also be provided a functional behavioral assessment. A functional behavioral assessment or FBA is a comprehensive assessment of behavior that provides the IEP Team with information about the student's behavior and identifies behavioral intervention services and program modifications that are designed to address the behavioral violation so it does not recur. If the student has already had a functional behavioral assessment and has a behavioral intervention plan, then the IEP Team should determine if any changes should be made to the behavioral intervention plan. If the behavior was caused by the failure to properly implement the IEP, the school must take immediate steps to remedy the deficiencies.

Note that if your student possessed or used a weapon or drugs, or caused serious bodily injury to another person on school property or at a school event your student may be placed by the principal in an IAES for up to 45 school days without regard to whether the behavior is determined to be a manifestation of the student's disability. The IEP Team will determine the IAES and the appropriate educational services that will be provided to the student while he or she is in the IAES.

9.1 APPEAL OF A DISCIPLINARY DECISION

If a parent disagrees with any decision regarding placement of his or her student under the disciplinary provisions or disagrees with the manifestation determination, or if the school district believes that maintaining the current placement of the student is substantially likely to result in an injury to the student or to others, either the parent or the school district may appeal the decision by [requesting a hearing](#) with the BSEA, as described earlier in this document.

The BSEA will convene a hearing on a disciplinary placement or manifestation determination on an expedited schedule.²³ During the appeal of a disciplinary placement or manifestation determination,

²³ See BSEA Hearing Rule II.C. Expedited Hearing. <http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/hearing-rules.doc> p.7.

the student must remain in the IAES until the hearing officer makes a decision or the disciplinary period is completed, unless the parent and the school district agree to a different placement.

10. WHERE CAN THE LAWS AND REGULATIONS AND OTHER USEFUL INFORMATION BE FOUND?

10.1 LAWS AND REGULATIONS

You can find the full text of the state Special Education law in Massachusetts General Law Chapter 71B. The state law is popularly known as “Chapter 766.” The state special education regulations are found in the Code of Massachusetts Regulations (CMR) at 603 CMR 28.00. The law and the regulations and other helpful resources are on the DESE Web site.²⁴

The federal special education law is the Individuals with Disabilities Education Act, known as “IDEA.” The federal statute is located in the United States Code at 20 USC § 1400. The implementing regulations for IDEA may be found in the Code of Federal Regulations (CFR) at Chapter 34, Section 300. A copy of the federal statute and regulations and explanatory information can be found on the US Department of Education Web site at <http://idea.ed.gov/>.

10.2 INDIVIDUALIZED EDUCATION PROGRAM PROCESS GUIDE AND FORMS

A general overview of how the special education process works (taken from the IEP guide prepared by the USDOE) can be found at <http://www.doe.mass.edu/sped/iep>.

For the DESE explanation of the how an IEP is developed, consult the IEP Process Guide and the standard IEP forms available on the DESE Web site: <http://www.doe.mass.edu/sped/iep>.

10.3 TABLE OF ABBREVIATIONS

Many common special educational phrases are abbreviated by acronyms composed of the initial letters of the phrase. For your convenience the acronyms and phrases used in this document are listed below:

BSEA:	Bureau of Special Education Appeals
CFR:	Code of Federal Regulations
CMR:	Code of Massachusetts Regulations
DESE:	Massachusetts Department of Elementary and Secondary Education
FAPE:	Free Appropriate Public Education
FBA:	Functional Behavioral Assessment
IAES:	Interim Alternative Educational Setting
IDEA:	Individuals with Disabilities Education Act
IEE:	Independent Educational Evaluation
IEP:	Individualized Education Program
PRS:	Problem Resolution System

²⁴ <http://www.doe.mass.edu/sped/laws.html>

10.4 TABLE OF WEB SITES

The DESE publishes extensive information for parents and school districts on its internet Websites. These Websites include pertinent laws, agency policies and useful documents that explain the special education process.

Autism Spectrum Disorder:

http://www.doe.mass.edu/sped/advisories/07_1ta.html

Bureau of Special Education Appeals

<https://www.mass.gov/bsea-decisions-and-rulings>

<http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/hearing-rules.doc>

<http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/hearing.doc>

<http://www.mass.gov/anf/hearings-and-appeals/bureau-of-special-education-appeals-bsea/mediation/>

<http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/mediation-brochure-2012.doc>

<http://www.mass.gov/anf/hearings-and-appeals/bureau-of-special-education-appeals-bsea/mediation/mediation-faqs.html>

<http://www.mass.gov/anf/docs/dala/bsea/>

Consent to Access MassHealth (Medicaid):

http://www.doe.mass.edu/sped/advisories/13_1.html

<http://www.doe.mass.edu/sped/28mr/28m13.docm>

Discipline:

http://www.doe.mass.edu/sped/IDEA2004/spr_meetings/disc_chart.doc

Individuals with Disabilities Education Act:

<http://idea.ed.gov/>

The Basic Special Education Process under IDEA:

<http://www.doe.mass.edu/sped/iep/process.doc>

Individualized Education Program:

<http://www.doe.mass.edu/sped/iep>

Individual Education Program Process Guide:

<http://www.doe.mass.edu/sped/iep/proguide.pdf>

Independent Educational Evaluation:

<http://www.doe.mass.edu/sped/advisories/?section=admin>

Observation of Education Programs by Parents and Their Designees for Evaluation Purposes:

http://www.doe.mass.edu/sped/advisories/09_2.html

Parent's Notice of Procedural Safeguards:

<http://www.doe.mass.edu/sped/prb>

PRS Problem Resolution System compared to BSEA Due Process Complaint:

<http://www.doe.mass.edu/sped/complaintchart.doc>

Program Quality Assurance Services Problem Resolution System:

<http://www.doe.mass.edu/prs/>

Special Education Laws and Regulations:

<http://www.doe.mass.edu/sped/laws.html>

Special Education Surrogate Parent:

<http://www.doe.mass.edu/sped/advisories/2013SurrogateParent.html>

Special Education Transition Planning Form:

<http://www.doe.mass.edu/sped/28MR/28m9.docx>

Student Records Regulations:

<http://www.doe.mass.edu/lawsregs/603cmr23.html>

Student Records Questions and Answers

<http://www.doe.mass.edu/lawsregs/advisory/cmr23qanda.html?section>

Transition Planning:

<http://www.doe.mass.edu/sped/cspd/mod4.html#>